

**Recebido em:** 24-03-2017 **Aceito em:** 05-05-2017



**O FORA DA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO:  
CONSIDERAÇÕES PARA A ARQUIVOLOGIA, BIBLIOTECONOMIA E MUSEOLOGIA**

**Igor Soares Amorim<sup>1</sup>**  
**Marisa Brascher Basilio Medeiros<sup>2</sup>**

**Resumo:** Neste ensaio, reflete-se sobre o conceito filosófico de Fora buscando conjugá-lo com uma perspectiva alternativa na organização do conhecimento. Revisita-se o conceito de Fora, verificando suas implicações para noções como literatura, saber-poder e pensamento. Adentra-se as proposições da organização do conhecimento e suas manifestações na arquivologia, biblioteconomia e museologia. A discussão alavanca elementos do tratamento documental efetivado nos arquivos, bibliotecas e museus expondo quais são as compreensões do que é interno e externo aos documentos no momento de seu processamento. Dialogando com a filosofia, traz-se o conceito de Fora para a organização do conhecimento, abordando suas possibilidades no âmbito das três disciplinas em questão. Busca-se ampliar as perspectivas do tratamento documental na arquivologia, biblioteconomia e museologia em consonância com a perspectiva desclassificacionista.

**Palavras-chave:** Organização do Conhecimento. Filosofia. Fora. Documento. Desclassificação.

## 1 INTRODUÇÃO

Na música *Pequeno Mapa do Tempo*, Belchior canta: “Eu tenho medo e medo está por fora / O medo anda por dentro do teu coração / Eu tenho medo de que chegue a hora / Em que eu precise entrar no avião / Eu tenho medo de abrir a porta / Que dá pro sertão da minha solidão”. O medo está por fora, lá fora, um fora que está dentro do coração. De imediato, um paradoxo que nos força a pensar. Fora e Dentro misturam-se. Em seguida, o Fora que amedronta, pode ser encontrado através do avião ou da abertura da porta, isto é, por meio de instrumentos que os mude de lugar, que abra à outro espaço. Ainda a imagem do sertão-solidão, figura da literatura brasileira, de Guimarães Rosa, sertão como espaço liso, em

<sup>1</sup> Doutorando em Ciência da Informação do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina (PGCIN/UFSC).

<sup>2</sup> Doutorado em Ciências da Informação pela Universidade de Brasília (UnB) com período sanduíche em Université de Nice Sophia Antipolis (França).



termos deleuzoguattariano. Blanchot (2010) reafirma que o filósofo é “um homem que se espanta”, “é alguém que tem medo”. O medo, segundo Blanchot (2010), promove a experiência assustadora ao forçarmos afastar de nós mesmo e nos colocar diante a diante o exterior, o Fora. Dessa forma, o medo nos coloca “em relação com o desconhecido, oferecendo-nos assim um conhecimento daquilo que escapa ao conhecimento” (BLANCHOT, 2010).

Arte, filosofia e ciência. A produção de conhecimento se dá por estes caminhos. A proposta neste ensaio é compreender o Fora, o conceito filosófico, no âmbito da organização do conhecimento presente na arquivologia, biblioteconomia e museologia. Pretendemos assim explicitar a organização do conhecimento nos saberes das três áreas citadas e implicar o conceito de Fora nessas perspectivas.

Para tanto, consideramos a organização do conhecimento como uma ciência horizontal, que transpassa as três disciplinas, a fim de teorizar e orientar as práticas de tratamento documental visando a sua preservação e acessibilidade. Arquivologia, biblioteconomia e museologia são saberes com epistemologias e histórias distintas, porém com atividades-fim próximas.

O conceito de Fora é descrito por Levy (2011) como importante ao pensamento de Blanchot, Foucault e Deleuze. Destacaremos principalmente a obra deleuziana, por entendermos que a produção desse filósofo ainda “não foram suficientemente explorados pela Ciência da Informação” (MOSTAFA, 2013, p. 29).

## 2 O FORA

Levy (2011) nos apresenta em *A experiência do fora* a manifestação deste conceito, o Fora, na perspectiva de Blanchot, Foucault e Deleuze, deslizando entre teorias da literatura e filosofia. A literatura do século XX rompe com sua função exclusivamente representacionista. Nesse ensejo, a literatura se liberta do julgo do autor, do público, da crítica e do texto, conforme Blanchot, para então afirmar-se como experiência própria e autossuficiente, a experiência literária. Foucault aprofunda o Fora da linguagem e estabelece assim a crítica ao sujeito e a verdade. Para esse pensador a “experiência com fora se dá como possibilidade de resistência ao domínio do saber e do poder” (LEVY, 2011, p. 12). Mas é com Deleuze que o conceito de Fora se destaca como elemento central de resistência do pensamento nas artes ou na filosofia. Ao explorar o conceito de Fora em Blanchot, Foucault e Deleuze, Levy (2011, p. 13) espera “abrir caminhos para reflexões em diferentes áreas do pensamento”, e isto é o que pretendemos neste artigo, agora no âmbito da organização do conhecimento.

Blanchot formula sua noção de Fora a partir de seus estudos sobre a palavra literária, a qual se difere da palavra usual, compreendida na comunicação habitual. A palavra literária não se refere a objetos externos, isto é, não apresenta um designado externo à própria obra literária. Ela funda sua própria realidade, promovendo assim a experiência literária que nos coloca em contato com o desconhecido. Não é espelho do mundo, pelo contrário, a literatura quer expressar sua realidade específica. Experienciamos a literatura em sua irrealização real, quando suas palavras evocam os designados que existem apenas em sua ficção, os quais acabam por negar o real do mundo e afirmar o real da literatura; e isto nos reposiciona no mundo. Essa presença-ausente experienciada constitui o Fora da literatura, para Blanchot. O real da literatura não é aparte do real do mundo, mas é uma alteridade, um outro dos mundos, que nos força ao movimento de exteriorização, para fora do mundo. Quando o Fora é tocado pela literatura, surge o que Blanchot chamou de *imediato*. O imediato diz respeito ao momento que precede a palavra literária, no



qual o vazio e o rumor imperam. A literatura não remete aos objetos externos e não cria uma interioridade, as palavras ficam em suspeição e sem lugar, fazendo emergir o seu ser puro na experiência advinda da palavra literária (LEVY, 2011).

O Fora é um problema também para Foucault, leitor de Blanchot. Contudo, agora, a questão do Fora extrapola a literatura e atinge a linguagem. É por meio desse conceito que Foucault recupera o marginalizado ser da linguagem, que fora afastado da filosofia tradicional pela exclusão socrática do não-ser. A afirmação de um ser próprio da linguagem coloca em cheque categorias até então estabilizadas, como as de objeto e sujeito (autor e obra). Para Foucault a literatura moderna permitiu a linguagem libertar-se dessas categorias, podendo ser compreendida por ela mesma. A linguagem cria sua própria realidade, que não se assemelha a uma realidade objetiva, tão pouca a uma realidade subjetiva. Sob a crítica as categorias de sujeito e objeto, há a quebra com a vontade de verdade, produzida pelo modelo de pensamento originado com os socráticos. As categorias citadas são arbitrariedades impostas, e funcionam como modo de controle do discurso. Porém, a extinção do sujeito promovida pela literatura moderna acaba com tal sistema, na medida em que revela o ser da linguagem. A linguagem não apresenta mais um “eu que fala”, assim como não representa o mundo aos sujeitos, antes ela contesta sua função representativa em favor de sua própria essência, falando apenas de seu vazio originário, o Fora da linguagem. Por isso, a narrativa nunca trata de um fato outro, pois ela é o próprio acontecimento daquilo que narra. A experiência do Fora da linguagem rompe com as identidades de sujeito e objeto (autor e obra) (LEVY, 2011).

Deleuze compreende em Foucault ainda outra noção de Fora. Em sua obra, Deleuze expande a reflexão do Fora para o pensamento e a vida. Para ele, Foucault estabelece ao longo de sua obra três dimensões que compõem o pensamento/ a vida, a do Saber, a do Poder e a da Subjetivação. Segundo Deleuze (1988), em Foucault, o Saber diz respeito a tudo o que pode ser visto e dito numa determinada época. O visível e o enunciável são formas do plano Saber que interagem, mas sem compor um todo. É uma relação de encontros e afetos, em que prevalece a diferença, e não a unidade. Assim, as duas formas, embora se insinuem, não são isomórficas, isto é, não coincidem. O que é visível jamais pode ser dito, e o que é enunciável jamais pode ser visto: “No plano do saber, falamos e vemos ao mesmo tempo, embora não se fale o que se vê e não se veja o que se fala” (LEVY, 2011, p. 79). A dimensão do Poder não é constituída por formas, como a do Saber, mas por forças que se afetam. O Poder não é visível ou enunciável, ele é informe, constituído nas relações de forças. Não é definível, ele apenas funciona, na medida em que ele se exerce na ação. O Poder é um afeto difuso que atravessa as formas do Saber, e nesse movimento as forças diagramáticas do poder se atualizam no arquivo audiovisual do Saber (DELEUZE, 1988). Assim, o Poder se constitui como o Fora do Saber, sendo no interstício entre ver e falar que o Fora age, possibilitando o pensar: “é preciso afetar e ser afetado para poder pensar” (LEVY, 2011, p. 85). A resistência às forças do Poder promove a ascensão dessas mesmas forças ao estrato do Saber.

A dimensão da Subjetividade diz respeito aos modos de resistência ao Poder. O Fora então é o que acontece no entremeio entre ver e falar, como um ato de resistência ao poder. Um movimento de dobra que Deleuze denomina de invaginação, que gera um dentro no próprio Fora, no qual é possível o pensamento, a vida, a criação de subjetividades. Este duplo que Deleuze (1988) encontra em Foucault, o jogo entre dentro e Fora, resulta da autoafetação do Fora. Esse ato de subjetivação não restaura a noção de sujeito da identidade e da representação, mas promove um novo sujeito, um produto histórico da



subjetivação. A leitura deleuziana de Foucault ressalta a ética, na medida em que abri possibilidades a novos modos de vida, novas subjetivações.

Em Deleuze, a experiência do Fora está atrelada a discussão do pensamento, aparecendo como via de escape do senso comum (LEVY, 2011). O Fora pressupõe uma violência que nos impossibilita de reconhecer, de acessar o senso comum, desestabilizando nossas certezas (DELEUZE; GUATTARI, 2010). Para Deleuze a experiência do Fora é o ato de resistir por criações de novos modos de vida, gerando novas maneiras de se relacionar com o real, como já se mostrou na sua apropriação de Foucault. Em Deleuze, o Fora reestabelece o homem com o mundo em si, eliminando assim a Representação que perde seu papel mediador. Sem mediação, o que há é a imanência. Recolocado no mundo, o homem pode transformá-lo, principalmente pela arte, filosofia ou ciência. O Fora é real, mas um real virtual (DELEUZE; GUATTARI, 2010).

O plano de imanência, conceito deleuziano, é caracterizado pela sua univocidade, isto é, todas as multiplicidades se encontram num mesmo plano, portanto, não existe um mundo das ideias separado de um mundo sensível. O plano de imanência é o solo absoluto da Arte, da Filosofia e da Ciência. Nele não é possível a constituição de sujeito e objeto, sendo ele um campo assubjetivo e condição primária da experiência, e que por isso nos coloca no real. Vale destacar que o plano de imanência é imanente não à algo, mas apenas a si mesmo (DELEUZE; GUATTARI, 2010). É este plano de imanência que é compreendido como Fora, conforme Levy (2011), o Fora (o plano de imanência) é constituído por singularidades e implica num movimento (para fora) de permanente devir. Assim, a experiência do Fora é a própria constituição do plano de imanência. Nesse plano, é a expressão da vida que atravessa o escritor, o artista, o cientista ou o filósofo no ato de criação que efetua o real. Contudo, a realidade do plano de imanência é virtual, o que significa que ele participa do processo constante de atualização. O virtual não se opõe ao real, todo virtual é real, mas opõe-se ao atual (DELEUZE; GUATTARI, 2010). Todo objeto atual tem uma parte sua no virtual, “Todo atual está sempre rodeado de círculos de virtualidades, [...] todo objeto é atual e virtual a um só tempo” (LEVY, 2011, p. 110).

Virtual e atual não são separados por demarcações físicas ou temporais, e o que os distingue que o atual resulta de um processo de diferenciação, e o virtual é causa deste processo chamado de atualização. O filósofo, artista ou cientista precisa extrair do atual sua face virtual, isto é, a experiência do virtual coloca-se como um ato do pensamento e resulta na criação de um conceito filosófico, de uma sensação artística ou de uma função científica.

Criar é justamente experimentar o virtual e sua atualização; é alcançar um plano de imanência povoado de virtualidades que não se separam nunca de suas atualizações correspondentes. O par atual/virtual e o plano de imanência constituem conceitos de uma nova maneira de pensar, de um pensar que abala o senso comum, que nos faz questionar o que nos é dado como verdade (LEVY, 2011, p. 115).

Deleuze se afasta da noção cartesiana do pensamento, que o entende como uma faculdade inata. O pensar não é a ação de um “eu”, mas algo engendrado no pensamento. Para Deleuze, pensar e reconhecer são diferentes. Quando identificamos um objeto na natureza ou uma ideia, estamos no âmbito da reconhecimento. Para pensar é preciso mais: o exercício do Fora é uma violência que força o pensamento a pensar. O Fora abala a subjetividade, pois se coloca como fonte do pensamento, destronando a consciência deste espaço. Assim, o pensar depende desse encontro, que esvazie nossas certezas e nos



apresente não o (re-) conhecido, mas o inesperado, o imprevisível. Romper com um racional e deparar-se com um não-conhecido. O pensar se faz fora dos saberes e dos conhecimentos pressupostos, pois não é o reconhecimento da verdade, mas a produção de uma verdade<sup>3</sup>. É a violência do Fora que garante a autenticidade da verdade. Pensar significar romper com a *doxa*, desestruturando assim o senso comum.

Deleuze, Foucault e Blahot se afastam da Representação em favor do domínio do sensível, do real. Afirmar o Fora e a imanência é ratificar a crença neste mundo, e não num mundo além, um mundo no qual nos colocamos como agentes criadores, agentes de resistência. Levy (2011, p.132) termina seu livro afirmando que: “a experiência do fora nos faz ver e ouvir o mundo longe dos clichês de uma suposta essência da realidade. Ou seja, nos faz ver e ouvir a vida em sua exterioridade pura, em sua mais alta potência. Vendo e ouvindo como então lançados ao real, confrontados com sua beleza e horror. Sem nenhuma proteção, nós e o mundo”.

### 3 ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

Para Rendon Rojas e Herrera Delgado (2010), a “ordem” é o fundamento básico da organização do conhecimento que, dando continuidade à tradição da filosofia grega antiga, relaciona o conhecimento à ordem. A noção grega de *cosmo* não faz apenas referência ao universo, ao mundo, ao céu, mas também à ordem e à disciplina, o que justifica na filosofia grega o universo ser dotado de uma ordem harmônica natural. Foi o *cosmo* que tomou o lugar do caos, segundo o mito da criação do universo de Hesídeo. A ordem é fruto do *logos*, da razão. O percurso da razão é em parte acompanhado pelo da ciência. As insuficiências da tradição escolástica frente às demandas sociais corroboram o nascimento da ciência moderna, fundada na empiria, na observação dos fenômenos e na matematização dos processos investigativos. No século XIX as ciências sociais e humanidades consolidaram-se com base positivista, prezando pelo “método científico empírico, matemático y lógico para descubrir leyes generales que permitieran explicar y predecir la realidad.” (RENDON ROJAS; HERRERA DELGADO, 2010, p. 11). Já no século XX, esse paradigma foi questionado em diversos aspectos. É o período da pós-modernidade<sup>4</sup>, movimento que abarca diferentes perspectivas e que afetam as formas de organizar os conhecimentos e as informações:

La posmodernidad alcanza el problema de la organización del conocimiento en dos aspectos; el primero en cuanto se puede ver el sueño de la sociedad de la información o conocimiento como una vertiente posmoderna de derecha, y segundo como la introducción del relativismo, subjetivismo, y cierto "desorden" en la organización (uso de lenguaje libre, lógicas difusas) como influencia de una posmodernidad antimoderna. (RENDON ROJAS; HERRERA DELGADO, 2010, p. 13).

Rendon Rojas e Herrera Delgado (2010) concebem dois polos para se pensar a dinâmica de organização dos documentos: o caos informacional e o cosmos documental. Somente neste cosmo há ordem, construída culturalmente no ato de nomear, ordenar e de criar meios para o acesso dos itens documentais e sua apropriação. A ordem na organização do conhecimento diz respeito a depuração das

<sup>3</sup> Verdade nunca absolutizada, pois seu único critério de julgo é sua diferenciação, sua criação.

<sup>4</sup> Embora haja um profundo debate entorno do termo “pós-modernidade”, optamos por não adentrar nele. Nosso intuito é afirmar que tem crescido na organização do conhecimento perspectivas críticas ao modelo cientificista que dominou os ideais e práticas da área.





informações relevantes dos documentos, de modo a garantir o alocado adequado desse material na coleção (classificação) e a recuperação dos mesmos via um sistema de recuperação que toma por base as informações extraídas do próprio documento (descrição). O trajeto “do caos ao cosmo” é um exercício, que exige o uso de técnicas que possibilitem o tratamento documental adequado a cada documento.

A organização do conhecimento tem *o conhecimento* como objeto de estudo, enfocando em sua unidade mais elementar, *o conceito*. É assim que entende Dahlberg (2006), quem ratifica a correlação da ordem com a área. A autora afirma que o termo “ordem” era pretendido para denominar a área, porém, devido os sentidos produzidos pela tradução do alemão para o inglês fizeram o termo “organização” elegido.

O objetivo da organização do conhecimento é compreender o conhecimento em ação, ou seja, o estudo de sua transferência, que se dá por meio de recursos variados de informação, integrados num sistema de informação. Isso implica no usuário ter acesso garantido aos conhecimentos registrados nos documentos estocados física ou eletronicamente, via os sistemas de organização do conhecimento. A organização do conhecimento pretende definir um arranjo dos conceitos num domínio específico e a univocidade desses conceitos para com os termos (de indexação). O arranjo ordena os documentos (ou seus conteúdos), já os termos indexam os documentos de forma a permitir a recuperação dos documentos.

Para Guimarães (2008, p. 85) a organização do conhecimento é o “universo teórico que abriga e propicia a interlocução” entre as três diferentes correntes de pensamento no tratamento temático da informação. As correntes são a catalogação de assunto, estadunidense; a indexação, inglesa; e a análise documental, de origem francesa. Essas correntes expressam metodologias para representar os conteúdos dos documentos, isto é, buscam partir de uma dimensão abstrata (o conteúdo ou as ideias contidas num documento) para uma dimensão concreta e estável, sua representação.

García Gutiérrez (2013) procura um caminho próximo ao que Rendon Rojas e Herrera Delgado (2010) chamaram de pós-moderno. Sua perspectiva crítica incide até mesmo sobre a noção de conhecimento. Diferentemente de Dahlberg (2006), García Gutiérrez (2013) questiona o exercício de poder das noções “conhecimento” e “conceito”, trançando um percurso não tão próximo à referida tradição filosófica grega, o que se estabiliza em sua proposta: a *desclassificação*. Todo conhecimento é um ato de colonização, isto é, de hierarquização de coisas e ideias que tende a sufocar o pluralismo próprio do mundo. Por meio de sua proposta, a desclassificação, García Gutiérrez (2013) propõe que a organização do conhecimento amplie sua preocupação com aspectos éticos das informações e dos conhecimentos, e que traduza o mundo em sua condição múltipla, que aceite a diversidade e as contradições como condições do conhecimento. Entendemos que há uma proximidade profícua entre a filosofia de Deleuze e a proposta de García Gutiérrez.

O paradoxo dentro-fora nos é imprescindível aqui. É este o vetor com o qual aproximamos a organização do conhecimento da filosofia. O Fora do documento de arquivo, da biblioteca e do museu, é preterido em maior ou menor grau que o dentro. Neste ensaio, dentro refere-se ao conteúdo registrado de modo mais explícito num suporte de informação; o Fora, as condições históricas e sociais de apreensão das informações. Hjørland (2008) compreende estas duas dimensões na organização do Conhecimento, a mais estrita, voltada a operacionalização das informações contidas num documento, e a mais ampla, que compreende as macro-estruturas dos conhecimentos organizados socialmente, que dizem respeito às universidades e outras instituições de pesquisa e ensino superior, às estruturas disciplinares e profissionais, à organização social da mídia, à produção e disseminação do conhecimento etc.



Dahlberg (2006) e Hjørland (2008) concordam que a organização do conhecimento é uma ciência independente e transversal, na medida em que é de interesse de diversas outras áreas, disciplinas e saberes. Destacamos a arquivologia, a biblioteconomia e a museologia, disciplinas científicas que lidam com os documentos, a fim de torná-los acessíveis, por meio de um tratamento analítico que destrincha suas características e gera representações sintéticas dos documentos.

#### 4 O DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO E SEU TRATAMENTO

O documento de arquivo é um item único, diferente do documento na biblioteca, onde diversos exemplares podem conter o mesmo conteúdo. Suas características tangenciam a organicidade informacional, pois os processos realizados a partir dos documentos de arquivo respeitam seu ciclo vital dentro do lugar em que foram criados, ou seja, o caminho percorrido pela documentação desde a sua criação até sua destinação final (ROUSSEAU; COUTURE, 1998). Contudo, há um movimento de ampliação dos estudos no que concerne a normalização. Os documentos de arquivo registram atividades organizacionais ou pessoais acumuladas ao longo do tempo, tais como relatórios, correspondências, registros de ações organizacionais, manuscritos e documentos pessoais (TAYLOR, 2003).

O que difere um documento arquivístico de um documento qualquer é, principalmente, sua origem, pois ele se constitui no momento de sua criação, a partir das funções e atividades de seu produtor, que pode ser pessoa física, ou jurídica (BRASIL, 1991). Outras características, no entanto, diferenciam o documento arquivístico dos documentos bibliográficos, ou museológicos, pois consistem na mencionada organicidade informacional e, segundo Duranti (1994, p. 51-52), pautam-se em atributos como: imparcialidade (“os registros são inerentemente verdadeiros”), autenticidade (relacionada à maneira com que ocorre a criação, a manutenção e a custódia das informações), naturalidade (os registros acumulam-se de maneira contínua e espontânea, ainda que estruturada), inter-relacionamento (“cada documento está [...] relacionado com outros [que formam parte de seu conjunto] e seu significado depende dessas relações”) e unicidade (cada registro documental é único na estrutura à qual pertence).

Cruz Mundet (1994) afirma que o documento arquivístico apresenta duas faces, a física (voltada aos elementos externos) e a de conteúdo (voltada aos elementos internos). Os elementos externos estão relacionados com o gênero (que podem ser textuais, iconográficos, sonoros, audiovisuais e eletrônicos), com o tipo (define para qual ação o documento foi gerado: uma lei, uma nota fiscal), com o formato (papel A4, caderno, papel de carta), quantidade e a forma (diz se é cópia, minuta ou original). A face interna depende de um aprofundamento na análise do documento, adentrando ao seu conteúdo para revelar sua entidade produtora (pessoa física ou jurídica), origem e funcionalidade (revela a função, a atividade e o trâmite do documento), data e lugar de produção e conteúdo substantivo (o assunto do documento).

Normalmente os documentos de arquivos são arranjados e descritos em grupos e cada instituição arquivística define o nível de controle e a profundidade dessa descrição (TAYLOR, 2003). Há diferentes escolas na arquivologia que orientam a organização da informação. Uma das principais características que diferencia a arquivologia de outras práticas documentais é sua fundamentação em princípios. Para Bellotto (2006), o princípio de proveniência refere-se à vinculação da identidade do documento ao seu produtor, prezando pela manutenção da individualidade dos documentos em seus contextos de produção. O princípio de organicidade diz que as estruturas, funções e atividades da organização refletem os



conjuntos documentais. O princípio de unicidade afirma o caráter único de cada documento, dado o contexto no qual e a função para a qual os documentos foram produzidos. O princípio da integridade alerta para a necessidade da manutenção dos fundos. O princípio da cumulatividade afirma a formação do arquivo como progressivo e orgânico.

A preocupação com um tratamento mais apurado sobre o documento de arquivo iniciou no fim do século XIX, quando esse tipo de documento passa a interessar não só mais os burocratas, mediante ao aparecimento da demanda sociocultural, que propõe ao arquivo outros tipos de pesquisadores, os quais analisarão os fragmentos de histórias e memórias relacionados aos documentos ali custodiados (ROUSSEAU; COUTURE, 1998). Devido a isso, foram propostos os primeiros manuais que buscam sistematizar a organização e a representação dos arquivos. O arquivista analisa o documento a fim de descrevê-lo e de representá-lo, para que então intermedie relação entre usuários e documentos no intuito de garantir as condições de acesso aos conteúdos presente nos documentos arquivísticos (ALBERCH I FUGUERAS, 2003).

Nas últimas décadas o interesse em pesquisar arquivos tem incentivado a padronização e a cooperação nesses espaços. Há várias formas de ordenar um arquivo. Por registro de acesso (*accession record*), compreende-se as informações sobre a origem da coleção, as circunstâncias da sua aquisição e a breve descrição física e de conteúdo. Os instrumentos de pesquisa (*finding aids*) fornecem nota do contexto histórico e organizacional, podendo descrever também o conteúdo e os aspectos físicos. De modo geral, a finalidade da organização de arquivos destina-se a três principais usos: o administrativo, o histórico e o pessoal (TAYLOR, 2003).

A discussão sobre a normalização do tratamento documental arquivístico foi ratificada a partir dos anos de 1980, por iniciativa canadense que propôs normas para a descrição dos documentos de arquivos. O Arquivo Nacional (do Brasil), baseado em normas internacionais, propôs a NOBRADE, norma para a descrição de arquivos, para subsidiar o processo de descrição e promover o acesso de forma harmônica com as normas internacionais (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. NOBRADE, 2006). A NOBRADE é dividida em oito áreas de descrição: a) área de identificação; b) área de contextualização; c) área de conteúdo e estrutura; d) área de condições de acesso e uso; e) área de fontes relacionadas; f) área de notas; g) área de controle da descrição; h) área de pontos de acesso e indexação de assuntos. Em cada uma das áreas, há subáreas, que especificam os campos de descrição. São 28 campos, dos quais sete são obrigatórios, as cinco subdivisões da área de identificação (código de referência, título, data(s), nível de descrição e dimensão e suporte), e o nome do produtor, subdivisão da área de contextualização.

Destacamos a área de contextualização, preocupada com a questão como autoridade, que passou a compor primeiramente as normas internacionais nos anos de 1990, quando pretendia-se melhorar o acesso aos documentos. Muitas dessas informações continham no próprio documento, contudo, nessa área de descrição há um olhar para as dimensões que envolvem o documento, mas que não estão necessariamente inscritas neles. Os campos expressos nessa segunda área de descrição da NOBRADE são: nome(s) do(s) produtor(es), história administrativa/biografia, história arquivística, procedência (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. NOBRADE, 2006).





## 5 O DOCUMENTO BIBLIOTECÔMICO E SEU TRATAMENTO

Segundo Lima (2007, p. p.120), “Buscar princípios para uma classificação ideal, capaz de promover a ordenação e recuperação das obras produzidas pela sociedade, tem sido tarefa historicamente delegada à Biblioteconomia”. Para Taylor (2003), a preocupação sobre os registros de informação na biblioteca começa pelo processo de desenvolvimento de coleção. Assim que um documento é adquirido pela biblioteca (por compra, permuta ou doação), ele precisa ser alocado em algum espaço físico do acervo. Pode ser alocado segundo sua ordem de chegada, por ordem alfabética de título, mas o mais comum é o documento passar por uma análise para ser classificado segundo uma lógica que hierarquiza temas. A classificação dos materiais é a primeira etapa da catalogação, segundo Taylor. A catalogação consiste na descrição física do documento, escolha dos pontos de acesso e definindo a autoridade, realizar a análise de assunto da obra, definir os cabeçalhos e a notações para representar os assuntos, criar um número de chamada. Após essa etapa de tratamento informacional, o item documental recebe a etiqueta e é finalmente depositado no acervo em seu lugar atribuído. O resultado desse processo é a consolidação do catálogo, que permite não apenas ao usuário encontrar o item documental que deseja, mas também revela quais documentos constam no acervo, seus respectivos autores, títulos e assuntos.

A noção de documento, na biblioteconomia, refere-se, geralmente, a um livro, um produto intelectual resultante de uma criação artística ou de uma pesquisa. O termo “documento” é menos utilizado no âmbito da biblioteconomia que na arquivologia (onde a adequação do termo não gera quase estresse) e na museologia (que a noção de documento encaixa-se bem na designação dos objetos musealizados). O trabalho de Tanus et al (2012) destaca as duas correntes presentes na biblioteconomia em meados do século XX, uma mais humanista e tradicional vinculada as bibliotecas públicas americanas e inglesas, e outra, com preocupação na produção intelectual especializada, e que se apropriou de diversas proposições da documentação. O pouco uso do termo “documento” na biblioteconomia não é motivada pela escolha do termo “livro”, mas pelo termo “informação”. O objeto de estudo de bibliotecário consolidou-se sob a influencia da Ciência da Informação. A própria biblioteca passou a promover serviços de “informação”, consequência também da consolidação da bibliometria e de outros serviços voltados aos públicos especializados. A NBR 6023 de 2002, destinadas a normalização de referências, define documento como “qualquer suporte que contenha informação registrada, formando uma unidade, que possa servir para consulta, estudo ou prova. Inclui impressos, manuscritos, registros audiovisuais, sonoros, magnéticos e eletrônicos, entre outros.”.

Um dos autores que se utiliza o termo “documento” no âmbito da biblioteconomia é Rendón Rojas (2005 *apud* ORTEGA; LARA, 2010), quem afirma que antes de um dado documento, há um objeto em si; em seguida este objeto é apropriado por um especialista que o imprime a função de comunicar, transformando-o em documento; então, este documento com função de comunicar, chega as mãos de um bibliotecário, o insere num sistema de informação documentário, fornecendo-o uma representação que lhe permitirá ser recuperado.

Embora no fazer rotineiro das bibliotecas a catalogação (mais voltada a descrição física dos documentos, atentando-se aos elementos extrínsecos) e o tratamento temático (voltado inteiramente a descrição do conteúdo dos documentos) ocorram juntos, o estudo das práticas ocorre de maneira dissociada. Essa cisão não ocorre tão fortemente na arquivologia ou na museologia. Segundo Cunha (1989), a análise documentária (outro termo para tratamento temático) é “um conjunto de procedimentos



efetuados com o fim de expressar o conteúdo de documentos sob formas destinadas a facilitar a recuperação da informação”. Embora uma biblioteca não contenha necessariamente apenas documentos textuais, o tratamento de conteúdo de mídias visuais, sonoras e eletrônicas somente nos últimos anos cativou maior interesse de pesquisas. Predominantemente, a preocupação são com textos verbais escritos. A análise documentária passa pelo “processo de leitura, análise de texto, mecanismos mentais e psicológicos de atribuição de um conceito ou conceitos que possam simbolizar o conjunto do texto.” (CUNHA, 1989, p. 122).

A leitura do texto leva em consideração três fatores: a qualidade da redação do texto, o conhecimento prévio do leitor sobre a temática e o tipo de estratégia de leitura que o texto requer. A análise do documento é feita em conjunto com a leitura, e exige que o leitor reconheça e extraia do texto suas partes mais significativas. A análise documentária desenvolveu fortes laços com os estudos linguísticos estruturalistas, buscando estabelecer seus métodos. Com isso, pode-se organizar as ideias contidas nos textos de modo a prepara-las para a representação, devendo esta satisfazer as necessidades dos usuários mas sem perder a fidelidade com o texto original, segundo Cunha (1989). Essas representações são chamadas de informação documentária, e sua concepção depende de um processo de seleção do referente, identificação e controle do seu conceito e designação de um termo (LIMA, 2007). Kobashi (1994) afirma que a análise documentária visa gerar representações em forma de índices ou resumos, a partir da informação contida num dado documento. Tal representação, a informação documentária, é a entidade mediadora entre o documento e o usuário. Por isso que, o sucesso da recuperação da informação depende da análise documentária.

A NBR 12676 de 1992 relata o método para analisar documentos. Deve-se iniciar por uma leitura técnica, sem negligenciar as informações principais. Por isso a norma recomenda a leitura pelo: a) título e subtítulo; b) resumo; c) sumário; d) introdução, e) diagramas, figuras e tabelas; f) referências bibliográficas. Em seguida, parte-se para identificação dos conceitos essenciais a descrição do conteúdo dos documentos, por meio das seguintes orientações: a) qual o assunto?; b) teorias e hipóteses relevantes no assunto do documento?; c) o assunto contém uma ação, operação ou um processo?; d) o documento esclarece que é o agente dessa ação, operação ou processo?, e) há referência a métodos, técnicas ou instrumentos especiais?; f) estes aspectos foram considerados num ambiente específico?; g) foram identificadas variáveis?; h) o ponto de vista adotado é interdisciplinar?. A norma destaca que outras questões podem ser formuladas. Posteriormente, deve-se eleger os conceitos principais, mas esquecer que a principal função dessa escolha é possibilitar a recuperação da informação de forma mais eficiente aos usuários, por isso, para cada termo definido, é preciso verificar a sua precisão e aceitabilidade em instrumentos de referência, tais como dicionários, tabelas de classificação e normas, por exemplo.

## 6 O DOCUMENTO MUSEOLÓGICO E SEU TRATAMENTO

Para Ferrez (1994), a museologia e os museus atentam-se para a preservação, pesquisa e comunicação de patrimônios culturais e naturais. Nos museus a maioria dos documentos são visuais, em duas ou três dimensões, e a organização de suas coleções, assim como acontece nos arquivos, geralmente são para uso interno, embora este cenário tenha se modificado com o aumento da demanda de pesquisadores. Os documentos museais são adquiridos e, logo em seguida, criam-se os registros de acesso



(*accession record*)<sup>5</sup>. Algumas vezes, a unidade documental é considerada como um conjunto de objetos, as vezes como cada unidade de um conjunto.

O primeiro dos processos documentais nos museus é o registro, que consiste no estabelecimento de um número que garante o controle sobre o objeto. Assim como na arquivologia, a proveniência é fundamental na museologia. Também a atribuição de nomes é essencial às unidades documentais. Os documentos museais apresentam uma grande diferença em relação aos documentos típicos às bibliotecas e arquivos, eles geralmente não são textuais. Por isso, o tratamento documental é mais complexo, visto que a extração de informação dos objetos é mais imprecisa, assim, é comum a um objeto museal acumular informações conflitantes e/ou incompletas ao longo do tempo. Essa complexidade de extrair as informações dos objetos museais implica também na necessidade de uma maior quantidade e diversidade de campos de informação, como por exemplo, numa obra de arte, é importante campos como “técnica”, “estúdio de origem”, “tipo de equipamento usado”, “textura”, “histórico de exibição”, “valor aproximado”, dentre outros. A cooperação no tratamento documental é uma questão delicada à museologia, que normalmente tem cada objeto como unidade única. A padronização pode interferir no controle documental e no nível de descrição que os documentos podem receber individualmente.

O termo normalmente utilizado para se designar o suporte informacional de interesse da museologia é “objeto”. Numa vertente mais tradicional, o objeto museal era considerado como todo e qualquer produto da ação humana que tivesse adquirido interesse histórico. Contudo, mais recentemente, há outra visão, a de que o objeto museal não se restringe as produções humanas, mas qualquer objeto que exista na realidade humana, mesmo elementos naturais, o que implica numa desvinculação do processo de musealização e dos museus, na medida em que mesmo um objeto não preservado sob a burocracia de um museu pode passar pelo esse processo. Assim, um dos principais elementos que delimita a potencia de alguma coisa musealizar-se seria seu potencial de significação. A relação mediadora entre realidade e homem se daria, nesta concepção, por meio do significados dos objetos (MESH, 1992).

É o processo de musealização que agrega ao objeto a função documental. Para Monteiro (2014), é então que o objeto passa a ser designado como documento. Cabe ressaltar que um objeto adentra a uma instituição museológica devido a sua significação à um grupo de pessoas, mas que esse próprio processo altera a semântica desse objeto/documento. Assim que o objeto adentra a coleção de um museu, soma relações sociais e técnicas que o faz aderir numa narrativa dinâmica. Essa narrativa diz respeito ao passado e futuro desse objeto. Assim, o documento museal diz respeito ao objeto que é musealizado, e este processo envolve a documentação desse objeto, que implicará em sua contextualização em uma coleção.

Para Monteiro, a documentação museológica requer as ações de coletar, organizar, tratar, recuperar e disseminar as informações documentárias de cada objeto conservando sua complexidade (MONTEIRO, 2014). Para Ferrez (1994, p. 1) a documentação museológica diz respeito ao “conjunto de informações sobre cada um dos seus itens” e ao sistema de recuperação dessas informações. Os documentos museais são portadores de informações intrínsecas (aquelas deduzidas do próprio objeto em função de sua apresentação física) e extrínsecas (aquelas advindas não do objeto em si, mas de outras fontes, geralmente bibliográficas e documentais, e que permitem conhecer os contextos de existência, funcionalidade e de significação do objeto). A maioria das informações a serem documentadas é

<sup>5</sup> Com exceção dos museus de arqueologia e de história natural, em que o acervo recebe um tratamento anterior ao processo de aquisição, ainda em campo.



extrínseca ao objeto e muitas vezes não é encontrada em nenhum suporte físico, por isso é um grande desafio lidar com essa parte da documentação: “Não basta descrever fisicamente os objetos. É preciso reconstituir a sua história.” (FERREZ, 1994, p. 2).

O documento museal “perde e ganha informações em consequência do uso, manutenção, reparos, deterioração” (FERREZ, 1994, p. 2), informações que são fundamentais para o reconhecimento do valor histórico, estético, econômico, científico e simbólico do documento. A autora afirma que mesmo dentro do museu, os documentos continuam a ter uma história (passa por eventos como exposição, empréstimo, restauração) que precisa ser documentada.

A função do tratamento técnico é intermediar a relação dos objetos com o público do museu, por meio de três ações, segundo Ferrez (1994): armazenar informações sobre os objetos; completar essas informações por meio da pesquisa; tornar essas informações acessíveis ao público interno e externo.

Padilha (2014) descreve o processamento técnico de documentação de objetos museais em quatro etapas: tombamento; arrolamento; identificação e catalogação dos aspectos instrínsecos e extrínsecos dos objetos. Segundo Ferrez (1997) há sete pontos cruciais para a documentação museológica: a) clareza e exatidão das informações sobre os documentos; b) definição prévia dos campos a serem explorados no tratamento informacional em função dos objetos e usuários; c) Adoção de normas e procedimento para a gestão eficiente das ações relacionadas ao acervo; d) controle terminológico baseado em vocabulário controlado afim de evitar a perda de informações; e) Criação de um catálogo que facilite o acesso aos objetos; f) manutenção da numeração os objetos para controle do acervo; g) Segurança da documentação, visto que seu comprometimento pode danificar completamente a função do objeto dentro da instituição.

## **7 O FORA E A ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO NA ARQUIVOLOGIA, BIBLIOTECONOMIA E MUSEOLOGIA**

Para Blanchot, o Fora é a dimensão real da literatura que permite sua existência enquanto fenômeno de estranhamento. É uma experiência que revela o neutro e a presença ausente dos objetos próprios da literatura. Tais objetos são o imediato, que está fora das gramáticas do espaço-tempo, mas que constitui a experiência literária. Foucault nos mostra a artificialidade do sujeito que, solidificado no decorrer da Modernidade, fragmenta-se nas próprias tramas da história. Se o sujeito não pode mais falar, a linguagem também não é mais um meio para representar as coisas do mundo, ela é o meio de expressão do próprio ser da linguagem, o Fora da própria linguagem. Ainda, segundo Deleuze, Foucault apresenta três planos, o plano formal do saber que comporta as formas do visível e do enunciável, o plano do poder compostos apenas por forças que se exercem nas formas do saber, e o plano de subjetivação, do qual brota uma linha do Fora desestabilizando as formas enrijecidas pelo poder, gerando assim novos modos de existência. Seguindo, Deleuze entende o Fora como algo fundamental ao pensamento. O pensamento depende da intrusão do Fora, que o força a romper com o senso comum e o faça ir além do reconhecimento. O Fora propicia esse encontro e permite a criação do novo, sobre um plano de imanência, que se constitui em função do próprio Fora. Esse contato com o Fora faz do atual retornar ao virtual, num processo de atualização que faz a filosofia criar conceitos, a arte criar sensações e a ciência criar funções. O Fora é um vetor desterritorializante que mobiliza as singularidades virtuais sobre o atual, mas que torna a reterritorializar na diferenciação das singularidades. Para Deleuze, a criação é a geração de uma vida, de um novo mundo.

O Fora no pensamento dos três franceses rompe com a Representação que desde a filosofia antiga pretende mediar o mundo. Há com isso uma reversão do platonismo, na medida em que a realidade é



atrelada novamente ao mundo sensível e experienciável, e não mais ao mundo cindido, ao mundo das ideias e das essências puras. Os franceses subsidiam um afastamento do cosmo documental e uma abertura ao caos informacional. Assim, nossa proposta passa pelo estabelecimento de nova relação entre os polos caos-cosmo de Rendon Rojas e Herrera Delgado (2010). A Organização do Conhecimento constituiu-se enquanto ciência dentro da redoma da ordem, a partir de uma higienização do caos. Deleuze e Guattari (2010) afirmam que a ciência enfrenta sim o caos, porém não sem antes derivar das trilhas do senso comum. O conceito de Fora contribui para nos retirar dessa “zona de conforto”, a qual coloca o homem como padrão de medida dos saberes, que submete o mundo a ordem. Sair dessa zona de conforto nos abre perspectivas à pluralidade, potencializa e a criação. Por isso, a experiência do Fora aboli a relação sujeito-objeto, assim como a noção de signo baseada no acordo de significante e significado. A desclassificação proposta por García Gutiérrez (2013) passa necessariamente por essa revisão da relação que estabelecemos com o caos.

O movimento para o Fora é um ato de coragem, e realizado pelos três filósofos franceses. Com isso eles questionam certezas estabelecidas em favor de uma abertura das concepções de linguagem, de pensamento e de vida. Na ciência, esse movimento não se daria da mesma maneira como na filosofia. Como Deleuze e Guattari (2010) nos explicam, filosofia e ciência funcionam de modos diferentes. A filosofia condensa no conceito a realidade virtual, tornando-o atual, cada conceito é uma criação filosófica. Já a ciência necessita freiar a volúpia das singularidades virtuais, para estabelecer referências e então desenvolver suas funções e proposições.

A arquivologia, biblioteconomia e museologia precisam gerar referências sobre o plano imanente, para desenvolver seu saber, gerar estratos compostos de funções e proposições. Os discursos científicos cristalizam o poder em formas, em regimes de verdade, silenciando a alteridade. Os cientistas são subjetivados em regimes de verdade, mas o contato com o Fora tem a potencia de romper tais regimes (FOUCAULT, 1999). Abordar o Fora na Organização do Conhecimento manifesto na arquivologia, biblioteconomia e museologia corrobora a abertura à outros regimes.

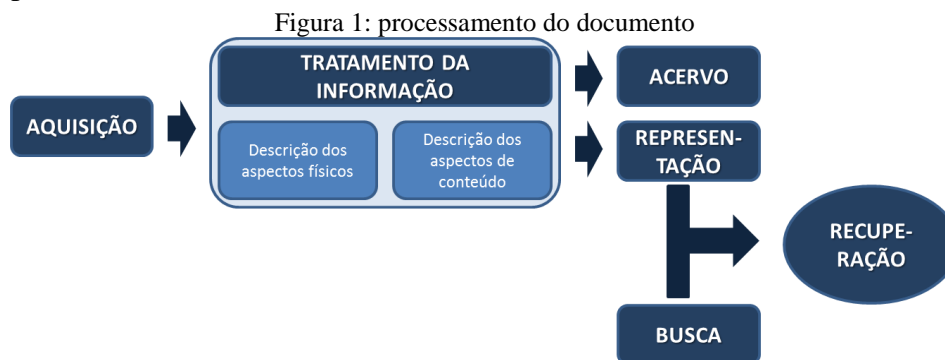
O processamento técnico dos documentos nos arquivos, bibliotecas e museus começa ainda no processo de aquisição. O documento, quando adentra a instituição, necessita ser incorporado à coleção. Para tanto, ele recebe o tratamento adequado, que consiste em descrevê-lo fisicamente, seu conteúdo e outras informações que possam ser relevantes. Com isso são criados representações, em fichas, catálogos ou sistemas de busca automatizados. O documento é depositado num local definido previamente no acervo. O usuário que necessita e, por isso, busca um documento, acessa a representação documental que, por sintetizar o documento permite o reconhecimento do mesmo sem exigir a análise sobre o material propriamente dito. Após identificar o documento requerido, o usuário pode recuperá-lo e enfim se apropriar dos conteúdos documentais.

O documento, como registro de informação num suporte, contendo algum valor simbólico que justifica sua guarda, é presente nas três áreas. Arquivologia, biblioteconomia e museologia lidam com documentos diversos, com suas formas físicas e simbólicas. O tratamento documental é imprescindível para essas instituições, pois delas resulta o próprio conhecimento dos acervos que as instituições têm em suas mãos. O tratamento documental inclui a descrição do conteúdo, que exige uma leitura e a extração do que o suporte carrega de informação. No caso da museologia, esse processo pode ser mais complexo de acordo com a inscrição no suporte. Uma informação inscrita por um texto alfabético é mais simples de





analisar que uma imagem. Uma imagem é mais simples de descrição que um objeto natural, como uma rocha, por exemplo.



Fonte: elaborado pelo autor

Acima, a figura 1 retrata o processo do tratamento que o documento recebe desde sua entrada até a sua utilização. Lançamos atenção a etapa de tratamento da informação, na qual a Organização do Conhecimento realiza suas práticas. Já não é suficiente um tratamento estritamente técnico e acrítico da informação. García Gutiérrez (2013) alerta sobre o compromisso ético necessário aos profissionais da informação, o reestabelecimento com outros saberes e outros interesses relegados pela ciência e pelas três áreas na Modernidade. Assim, nos direciona ao acolhimento de perspectivas e conceitos paradoxais. O Fora age com um intruso no tratamento informacional, religando a Organização do Conhecimento com o caos informacional. Atualmente, há um exercício de exteriorização nos processamentos técnico dos documentos. O quadro 1 abaixo retrata o quão Fora o tratamento documental indica ser necessário ir para além da interioridade do documento.

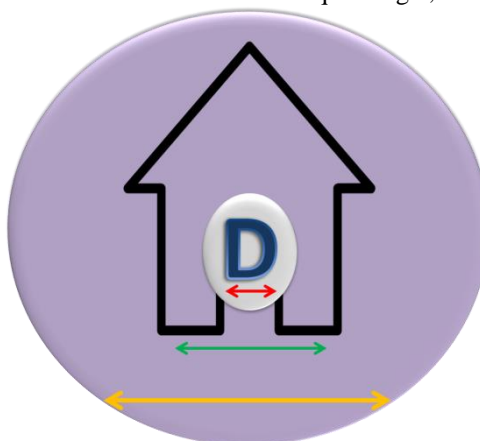
Quadro 1: Externalidade no tratamento documental

ARQUIVOLOGIA	BIBLIOTECONOMIA	MUSEOLOGIA
Aspectos físicos (externos): área de contextualização na NOBRADE.	Descrição física: catalogação e descrição voltada aos aspectos físicos.	Aspectos extrínsecos: advindos de outras fontes que não o objeto (diz respeito a história do objeto).
Aspectos de conteúdos (internos)	Tratamento temático	Aspectos intrínsecos

Fonte: elaborado pelo autor.

Os documentos de museologia são altamente dependentes das informações que envolvem os documentos, mas que não são portados neles. Pode exigir pesquisa bibliográfica, documental, de campo, entrevista, dentre outras, como forma de levantar as informações essenciais à própria definição do documento na instituição. Nos arquivos, os documentos necessitam também da leitura e extração de conteúdo para sua representação. Contudo, a NOBRADE indica uma área especificamente para a descrição contextual, a qual se refere à providência dos documentos, os produtores e a história administrativa e arquivística. Nas bibliotecas, o tratamento é restrito as margens do documento. Por questões funcionais, não há exploração de informação além das apresentadas no próprio suporte informacional. Preocupa-se com as características de dimensão, com a autoria, título e seu conteúdo.

Figura 2: Delimitações no tratamento documental da arquivologia, biblioteconomia e museologia.



Fonte: Elaborado pelo autor

Conforme a figura 2, a linha vermelha reflete o movimento de exteriorização na biblioteconomia, presa nas margens do documento. A arquivologia, conforme a linha verde, considera a instituição, tendo no arranjo o reflexo dessa instituição produtora dos documentos, além do próprio princípio de proveniência e organicidade que preveem a manutenção da organização dos documentos em acordo com as estruturas institucionais nas quais os documentos foram gerados. A linha amarela, da museologia, mostra a exteriorização para além mesmo da instituição, voltada a reconstituir o percurso anterior do documento. A noção de Fora leva a externalização já praticada pelas três áreas ao limite, tornando importante o recolhimento e a tradução dessa névoa simbólica construída no percurso de existência dos próprios documentos e que os envolvem. Arquitetar sentido sobre os documentos, narrar suas relações possíveis, abrir o processo técnico à própria dinâmica social, permitindo assim apropriações plurais da informação.

O conceito do Fora, quando trazido da filosofia à ciência, adquire referência e freia a velocidade do caos, do plano de imanência. O Fora referencializa-se e se torna essa externalidade dos documentos, que enfoca não as questões de autoria ou de concepção do documento, mas que o reconstitui sob uma narrativa. A museologia desenvolve essa perspectiva, que tem se ampliado recentemente pela noção de paisagem. Os arquivos movimentam-se para fora parcialmente, enquanto que nas bibliotecas, poucas informações são acopladas às representações dos documentos. A história dos documentos é fundamental para os museus porque são elas que propiciam a efetivação da comunicação e da pesquisa nos museus. Levantamos assim a serventia de informações do Fora na arquivologia e biblioteconomia: para quê? Essas informações são de interesse na medida em que esses espaços ratificam suas funções sociais dentro de suas comunidades. Informações como a história e curiosidades de seus documentos contribuí para promoção de atividades para a comunidade servida. Assim, tais informações poderiam corroborar mediações culturais, fortalecendo os laços das instituições com suas comunidades, além de ratificar os laços pessoais na própria comunidade.

Inserir a prática de busca e coleta dessas informações externas significar ir além das certezas colocadas pelas áreas, as certezas de que a biblioteconomia lida com livros, de que a arquivologia lida com arquivos e de que a museologia lida com objetos. O Fora revela que as áreas lidam com relações sociais, no fortalecimento dos momentos de interação e na promoção de ações que propicie de alguma

forma a cultura e o pensamento. Ainda, o acúmulo de informações sobre os documentos contribui para a criação de novos pontos de acesso, o que auxilia na recuperação da informação.

O pensamento de Blanchot, Foucault e Deleuze são mantidos fora dos modelos tradicionais da literatura, da história, da filosofia, abalando os regimes tomados como verdade e abrindo novas possibilidades de oxigenação desses saberes. O encontro com o Fora possibilita esses questionamentos também na arquivologia, biblioteconomia e museologia. A Organização do Conhecimento manifesto nessas áreas busca sua cientificidade nos traços físicos dos documentos, entendendo que tais traços possibilitam desenvolver conhecimentos objetivos, observáveis. Porém, há outras dimensões que podem ser exploradas por arquivos, bibliotecas e museus, que favorecem a atuação mais próxima das comunidades, que possibilitam ações culturais sobre os próprios documentos, que trazem consigo uma carga simbólica dinâmica que ainda não está sendo disponibilizadas às comunidades.

Cantar o medo, colocar-se contra o que amedronta, explorar as dimensões moveis e pantanosas da Organização do Conhecimento, o espaço em que não é possível o controle ou a ordem, esse é o desafio imposto pela noção do Fora.

**Agradecimentos:** Renata Padilha e Fernanda Martendal, pela generosidade, pró-atividade e inteligência. Minha sincera admiração e agradecimento.

## REFERÊNCIAS

- ALBERCH I FUGUERAS, R. **Los archivos, entre la memoria histórica y la sociedad del conocimiento**. Barcelona: Editorial UOC, 2003.
- BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. São Paulo: T. A. Queiroz, 2006. 320 p.
- BLANCHOT, M. **A conversa infinita**. São Paulo: Escuta, 2010.
- BRASIL. **Lei nº 8.159, de 08 de Janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Brasília, Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8159.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm)>. Acesso em: 20 mar. 2017.
- CRUZ MUNDET, J. R. **Manual de arquivística**. 2. ed. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 1996.
- CUNHA, I. M. R. F. Análise documentária: do texto à representação. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 22, n. 3/4, p. 121-127, 1989.
- DAHLBERG, I. Knowledge organization: a new science? **Knowledge organization**, v. 33, n. 1, 2006.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O que é Filosofia?**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2010.
- DELEUZE, G. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 1988.



DURANTI, L. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, v.7, nº13, p.49-64, jan./jun. 1994.

FERREZ, H. D. Documentação museológica: teoria para uma boa prática. **Estudos Museológicos**.

IPHAN. Rio de Janeiro. 1994. p. 65-74. (Cadernos de Ensaio 2).

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 1999.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. La organización del conocimiento desde la perspectiva poscolonial. Itinerarios de la paraconsistencia. **Perspectivas em ciência da informação**, v. 18, n. 4, p. 93-111, 2013.

GUIMARÃES, J. A. C. A dimensão teórica do tratamento temático da informação e suas interlocuções com o universo científico da International Society for Knowledge Organization (ISKO). **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação (RICI)**, v. 1 n. 1, p. 77-99, 2008.

HJØRLAND, B. What is Knowledge Organization. **Knowledge Organization**, v. 35, n. 2/3, 2008

KOBASHI, N. Y. A elaboração de informações documentárias: em busca de uma metodologia. 1994. 195f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1994.

LARA, M. L. G. O unicórnio (o rinoceronte, o ornitorrinco...), a análise documentária e a linguagem documentária. **DataGramZero**, v. 2, n. 6, p. 0-0, 2001.

LEVY, T. S. **A experiência do fora: Blanchot, Foucault e Deleuze**. Editora José Olympio, 2011.

LIMA, V. M. A. A informação documentária: codificação e decodificação. **Transinformação**, v. 19, n.2, p. 119-127, 2007.

VAN MENSCH, Peter. The object as data carrier. In: Towards a methodology of museology. 1992. (Phd Thesis) - University of Zagreb, Zagreb, Croatia, 1992.

MONTEIRO, J. **Documentação em museus e objeto-documento: sobre noções e práticas**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2014

MOSTAFA, S. P. **Filosofia da diferença e a ciência da informação**. Rio de Janeiro: E-papers, 2013.

ORTEGA, C. D., LARA, M. L. G. A noção de documento: de Otlet aos dias de hoje. **Revista de Ciência da Informação**, v. 11, n. 2., 2010.

PADILHA, Renata C. **Documentação Museológica e Gestão de Acervo**. In: Coleção Estudos Museológicos, v.2. Florianópolis, FCC, 2014.

REDON ROJAS, M. A.; HERRERA DELGADO, L. B. Bases filosóficas de la organización de la información. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 15, n. 1, p. 3-17, jan./abr. 2010.



ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SVENONIUS, E. **The Intellectual Foundation of Information Organization**. 2000.

TANUS, G. F. de S. C.; RENAULT, L. V.; ARAÚJO, C. A. A. O conceito de documento na Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, 2012. v. 8, n. 2, p. 158-174, jul./dez.

TAYLOR, A. **The organization of information**. 2.ed. Library and Information Science Text Series. 2003.

### **THE OUT OF THE KNOWLEDGE ORGANIZATION: CONSIDERATIONS FOR ARCHIVOLOGY, LIBRARY AND MUSEOLOGY**

**Abstract:** In this essay, we reflect on the philosophical concept of out seeking to conjugate it with an alternative perspective in the knowledge organization. The concept of organization is revisited, verifying its implications for notions like literature, know-power and thought. The propositions of the knowledge organization and its manifestations in the archivology, librarianship and museology are bring up. The discussion leverages elements of documentary treatment made in archives, libraries and museums exposing what are the understandings about is internal and external to the documents at the moment of their processing. Dialoguing with the philosophy, brings the concept of Out to the the knowledge organization, addressing its possibilities within the three disciplines in question. It seeks to broaden the perspectives of documentary treatment in archivology, librarianship and museology in consonance with the descassificationist perspective.

**Keywords:** Knowledge Organization. Philosophy. Out. Document. Desclassification.

#### **IGOR SOARES AMORIM**

Doutorando em Ciência da Informação do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina (PGCIN/UFSC). Mestre em Ciência da Informação do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina (PGCIN/UFSC). Graduação em Ciência da Informação, Documentação e Biblioteconomia pela Universidade de São Paulo (USP). Foi professor substituto do departamento de Ciência da Informação, atuando nas graduações de arquivologia e biblioteconomia. Compõe os grupos de pesquisa Núcleo de Estudos em Informação e Mediações Comunicacionais Contemporâneas (NEIMCOC/UFSC), Deleuze e a Ciência a Informação (USP) e Organização do Conhecimento e Gestão Documental (UFSC). E-mail: [igao.sa@gmail.com](mailto:igao.sa@gmail.com)

#### **MARISA BRASCHER BASÍLIO MEDEIROS**

Doutorado em Ciências da Informação pela Universidade de Brasília (UnB) com período sanduíche em Université de Nice Sophia Antipolis (França). Mestra em Ciências da Informação pela Universidade de Brasília (UnB). Graduada em Biblioteconomia pela Universidade de Brasília (UnB). Professora do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Diretora Adjunta (1999-2000) e Diretora (2002-2003) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Presidente da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação - IBCT (2006-2008). Vice-Diretora da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação (2005-2009). Líder do Grupo de Pesquisa Organização do Conhecimento e Gestão Documental. E-mail: [marisa.brascher@gmail.com](mailto:marisa.brascher@gmail.com)

